

## Entrevista com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Vosne Martins

**Ana Paula Vosne Martins:** Possui graduação em História (1987), Especialização em Antropologia Social (1988), Mestrado em História (1992) pela Universidade Federal do Paraná e Doutorado em História (2000) pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora titular do Departamento de História e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, além de ser bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e membra da Red Iberoamericana de Investigación en Historia, Mujeres y Archivos (RIIHMA). Foi fundadora (1994) e coordenou o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR até 2015. É autora dos livros: *Um lar em terra estranha: a Casa da Estudante Universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960* (2002) e *Visões do feminino - A medicina da mulher nos séculos XIX e XX* (2004).

Entrevista concedida via correio eletrônico às doutorandas Karina Aparecida de Lourdes Ferreira e Hellen Silvia Marques Gonçalves, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membras da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2022/2023.

**[Revista Temporalidades] Professora Ana Paula Vosne Martins, primeiramente, gostaríamos de expressar nossa alegria em podermos entrevistá-la para o atual dossiê da Revista Temporalidades. Agradecemos a sua disponibilidade. Você pode comentar sobre a sua trajetória e escolhas de pesquisa? Quais os caminhos te levaram ao amplo campo de análise que orienta o presente dossiê “mulheres, gênero, feminismos”?**

**[Ana Paula Vosne Martins]** Eu é que agradeço vocês pela oportunidade. Meu interesse de pesquisa sobre a história das mulheres inicia na graduação ainda. Tive a oportunidade de conhecer algumas publicações pioneiras desse campo historiográfico como os livros de Maria Odila Leite da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, entre outras, que começaram a publicar suas dissertações e teses na segunda metade da década de 1980, quando eu estava cursando a graduação em História na UFPR. Como estudante, fiquei muito entusiasmada com aquelas pesquisas, em saber que seria possível produzir o conhecimento histórico sobre sujeitos até então ausentes dos livros de História. Nesse sentido, devo destacar também a oportunidade de conhecer a história social do trabalho e da escravidão, que foram fundamentais para a minha formação e orientação para a história das mulheres. Paralelamente à minha graduação, eu trabalhei no Conselho Municipal da Condição Feminina, da Prefeitura Municipal de Curitiba. Lá eu conheci mulheres muito ativas,

militantes de partidos políticos e do movimento de mulheres. Foi no Conselho que conheci feministas e tomei contato com o debate nacional sobre os direitos das mulheres, afinal estávamos no contexto da elaboração da nova Constituição de 1988. Foi um aprendizado político muito interessante, mesmo que eu não tenha participado de nenhum partido político e nem de qualquer grupo feminista. Minha adesão ao feminismo se deu pelas leituras de feministas e pela formação acadêmica, mas igualmente pela influência do momento político da redemocratização e de organização dos conselhos municipais, estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Sempre me chamou a atenção a centralidade do corpo e da sexualidade das mulheres na formulação de saberes e de discursos de diferentes ordens com o objetivo de estabelecer o lugar das mulheres, fosse na ordem divina e natural, fosse na sociedade. Essa questão da definição da feminilidade me provocava desde a leitura do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que fiz quando ainda era bastante jovem, mas mesmo sem compreender a amplitude filosófica e política daquele livro, entendi que ali estava uma das chaves para começar a compreender como nós, mulheres, nos definimos, nos tornamos sujeitos e também como se constroem as relações de poder a partir desse lugar subjetivo que é o gênero.

Eu demorei um pouco para decidir fazer o doutorado. Eu já era professora na UFPR, mas naquele tempo o doutorado não era um caminho obrigatório, uma necessidade, como é em nossos dias, especialmente para quem pretende se dedicar à pesquisa e à docência em universidades de qualidade. E pensando bem, foi muito bom ter dado um tempo, como se diz, entre o mestrado e o doutorado. Consegui aprofundar leituras, especialmente aquelas que me faltavam para compreender processos históricos e culturais de construção do saber/poder e das subjetividades de gênero. Passei para as leituras foucaultianas e feministas sobre corpo e sexualidade e foi assim que defini meu projeto de doutorado sobre a constituição da medicina da mulher e suas especializações no corpo e na sexualidade das mulheres, a obstetrícia e a ginecologia, projeto que foi aprovado no Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP.

A experiência do doutorado foi realmente transformadora. Sempre que vejo pessoas fazendo um doutorado “por fazer”, sem muita convicção, me dá uma grande tristeza, pois o doutorado deve ser um momento transformador em nossa formação acadêmica e científica. É o momento desafiador que colocamos para nós mesmas de produzir conhecimento, de procurar responder, mesmo que temporariamente, perguntas fundamentais. Foi assim que eu encarei o

doutorado, que fiz com bolsa da CAPES por quatro anos e contando com a preciosa orientação de Leila Mezan Algranti, a quem sempre que tenho a oportunidade, menciono agradecida.

As perguntas fundamentais que me propus a responder com minha tese dizem respeito ao corpo feminino e a compreender porque se arregimentou, a partir do Iluminismo, um grupo de especialistas, de homens da ciência, para dizer o que era a Mulher, esse ser maiúsculo que se constitui no regime do saber/poder no Ocidente, e que se tornou uma verdadeira camisa de força conceitual, material e moral para as mulheres minúsculas, as mulheres com desejos, com sonhos, com experiências singulares dos seus corpos que, por adesão, ou quase sempre por força, tiveram que se moldar à Mulher, a essa norma subjetiva de gênero. Os médicos e cientistas dos séculos XVIII e XIX tiveram um papel muito importante nesse processo de subjetivação feminina pelo determinismo e essencialismo biológico e corporal que a minha tese, depois publicada como livro pela Editora da FIOCRUZ, procurou explicar. Por mais que a minha tese tenha se debruçado sobre processos normativos de subjetivação, está presente ali uma crítica feminista não só ao passado, aqueles discursos e às práticas médicas sobre o corpo feminino, mas também uma crítica ao presente e à permanência da centralidade do corpo. Com isso não quero assumir uma visão desencarnada das mulheres, nem uma posição ascética, longe disso. O que me incomoda, como feminista, é a permanência de uma centralidade do corpo na definição das mulheres, algo sem paralelo com o corpo masculino, apesar de todos os apelos estéticos aos homens. Apesar de todas as mudanças, das rebeliões, das recusas à dominação e ao silenciamento, a feminilidade e as mulheres continuam a estar presas ao corpo, seja pela maternidade quase compulsória, pelos padrões normativos de beleza e seu cortejo de fobias e racismo, pela moda que padroniza corpos brancos e magros, seja pela sexualidade heteronormativa. Foram estes tantos questionamentos que me fizeram não só compreender esse enquadramento científico e cultural do gênero e da sexualidade, mas em dar continuidade à pesquisa sobre a maternidade, as políticas materno-infantis e às memórias da maternidade depois de concluído o doutorado.

Os fios que ligam tudo isso são os fios da crítica e da emoção feminista, pois não vejo o feminismo só como um movimento, nem só como uma orientação política pela igualdade e a autonomia, mas como uma mobilização subjetiva, uma forma de ser sujeito no mundo e tal empreendimento requer a mobilização das emoções também. E quando falo de emoções me refiro à sensibilidade para o outro, qualquer outro, inclusive o planeta e outras espécies. Hoje consigo entender que não se é feminista somente pela racionalidade da crítica social, cultural, intelectual, política, e outras tantas, mas também pela mobilização das emoções, porque são elas que, de fato,

nos estimulam a mudar as coisas e a nos transformar em seres mais sensíveis e abertos a todas as diferenças e diversidades da vida.

**[R.T.] Você pode comentar sobre seu interesse no estudo do “movimento católico feminino”? No seu entendimento, como a História sobre a militância das mulheres conservadoras contribui para pensar os feminismos e o conservadorismo no Brasil?**

**[A.P.V.M.]** O interesse pelo catolicismo e pela ação das mulheres católicas é bem posterior ao término do doutorado, uns quinze anos depois. E foi algo quase fortuito. Costumo dizer que meu movimento intelectual na pesquisa tem algo de errático, de alguém que não planeja muito, que se deixa levar pelos encontros com a documentação. Se vocês observarem o conjunto de minhas publicações poderão verificar esse movimento ao qual me refiro. Quando desenvolvi o pós-doutorado na Casa de Oswaldo Cruz, entre 2005 e 2006, encontrei uma documentação extensa sobre as políticas públicas materno-infantis nos anos 1930 e 1940. Chamou minha atenção a forte presença das associações caritativo filantrópicas, a maioria de orientação católica, atuantes na organização daquelas políticas em grande parte subsidiadas pelo Estado, especialmente após 1938. Alguns anos depois fui contemplada com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. A pesquisa foi sobre o protagonismo feminino nas políticas de assistência social também nas décadas de 1930 e 1940, pois havia me voltado para esse campo de estudos sobre a assistência devido minha inserção num grupo de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz sobre a assistência à saúde. Eu dei um enfoque específico sobre assistência e gênero, do qual resultou um artigo que gosto muito, publicado na Revista Manguinhos e que é, de certa forma, um marco da minha virada para os estudos sobre assistência. Com essa pesquisa financiada pelo CNPq encontrei muitas referências documentais às mulheres ligadas à filantropia e me chamou muito a atenção a participação de duas delas, Eugenia Dutra Hamann e Stella de Faro, na composição do Conselho Nacional de Serviço Social, criado por Gustavo Capanema em 1938. Fiquei intrigada em saber quem eram aquelas mulheres e a minha próxima pesquisa foi sobre as trajetórias das duas conselheiras. Foi uma imensa surpresa para mim adentrar nas redes de sociabilidade da assistência social, majoritariamente femininas, embora muitos homens também participassem, abrangendo a assistência à maternidade, à infância, à saúde, às jovens trabalhadoras, a atenção à educação das mulheres, à qualificação para o trabalho feminino e algumas delas chegaram a participar do movimento sufragista, como foi o caso de Eugenia Hamann, que foi da diretoria da Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino e uma ardorosa defensora das escolas de Serviço Social para abrir uma nova profissão às mulheres. Ao conhecer mais de perto a biografia de Stella de Faro, liderança católica desde 1912, quando ela tinha 24 anos,

encontrei um movimento feminino católico muito amplo e numeroso, alcançando cifras de centenas de milhares de participantes no cenário internacional a partir das últimas décadas do século XIX. No Brasil não houve um movimento assim tão amplo, mas as mulheres católicas participaram ativamente do movimento de restauração católica em várias frentes, como a devoção, a assistência social, a educação e a imprensa. Stella participou de todas as frentes da ação católica sendo reconhecida pelo clero e pelos laicos como uma líder católica, também com reconhecimento internacional.

Comecei, a partir de então, a me aprofundar num campo absolutamente novo para mim, a religião, a cultura católica e o conservadorismo, embora minha pesquisa anterior sobre a filantropia já tivesse me levado a prestar atenção nas possibilidades de atuação social e mesmo política abertas pelo conservadorismo às mulheres. Depois dessa pesquisa sobre Stella e Eugenia eu passei a me aprofundar na militância católica feminina pela escrita, me voltando para uma escritora baiana que viveu entre o século XIX e XX, Amelia Rodrigues, e continuo atualmente estudando a inserção das mulheres na cultura escrita católica tomando como referência as citações de intelectuais católicos, homens e mulheres, presentes na escrita militante de Amelia Rodrigues.

O que tenho aprendido com o estudo sobre religião e gênero e sobre a atuação social e cultural de mulheres conservadoras, cujo norte de suas vidas foi a religião católica, é que precisamos compreender melhor, com mais atenção e menos preconceitos, como há outras possibilidades de ação e de expressão para as mulheres que não passam necessariamente pela resistência, pela negação da ordem de gênero, ou pela busca de autonomia. A visão de mundo conservadora e a orientação religiosa podem abrir espaços de atuação para as mulheres, inclusive pela profissionalização e pela tomada da palavra pública. A obediência e a submissão, tão presentes nas expectativas morais e sociais para as mulheres conservadoras religiosas, não implica, obrigatoriamente, que sejam passivas e alienadas, pelo contrário. O que percebo em minhas investigações sobre as militantes católicas conservadoras é que essa visão de mundo as habilitou e as fortaleceu para sair da passividade das sacristias, ou de suas casas, e adentrar no mundo muito masculino da cultura escrita, da mobilização social e da tomada da palavra pública. Por muito tempo a religião foi interpretada somente pelo viés da opressão e da dominação masculina, mas a história das mulheres e a abordagem de gênero na história da religião têm, ambas, desconstruído essa imagem borrada e imprecisa, revelando a atuação das mulheres religiosas e laicas em diferentes temporalidades, espaços e meios expressivos. Acredito que ainda temos muito a investigar sobre a agência religiosa e conservadora das mulheres, ainda mais necessária para compreendermos o tempo presente, no

qual a religião vem se tornando uma peça importante na sociedade supostamente secular, abrindo um espaço para as mulheres, pouco conhecido ainda para nós, investigadoras sociais e feministas.

**[R.T.] No artigo “‘Vamos criar seu filho’: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX” você pontua que a pedagogia materna teve início no Brasil com a empreitada colonial. Ao longo de seus estudos, o que você pôde observar a respeito da construção social e cultural da maternidade e sua relação com experiências outras de ser mãe, marginalizadas pelo processo colonizador?**

**[A.P.V.M.]** Primeiro quero dizer que não estudei práticas e discursos da maternidade no período colonial. Estudos de grande envergadura realizados por historiadoras como Mary Del Priore e Maria Lúcia Mott foram minhas referências para compreender essa larga temporalidade da história do corpo e das construções sociais e culturais da maternidade na formação da sociedade brasileira. Minhas investigações foram sobre a entrada dos médicos higienistas, obstetras e puericultores no terreno feminino da gravidez, do parto e dos cuidados com as crianças, a criação de filhos, como se diz popularmente. A grande produção de livros, teses e de textos publicados na imprensa por aqueles especialistas demonstra inequivocamente como se desenvolveu ao longo do século XIX e no século XX um discurso biopolítico sobre a maternidade, tão importante que não poderia ser deixada livremente às práticas e aos conhecimentos das mulheres. A maternidade e os cuidados à infância passaram a ser peça chave na construção de discursos sobre a qualidade da população e da formação de uma nação hígida, o que implicava outras questões, entre elas a questão racial. São discursos que cruzam o nacionalismo, o racialismo/racismo e o sexismo. Tenho hoje uma visão mais interseccional da maternidade do que tive quando iniciei minhas investigações. O discurso biopolítico sobre a maternidade foi profundamente normativo, procurou controlar o corpo e a sexualidade das mulheres e difundir um modelo familiar restrito às elites brancas. As prescrições médicas sobre cuidados ao corpo materno e às crianças são reveladoras de uma visão elitista, e conforme o acesso ao corpo das mulheres pobres e pretas começou a ser mais extensivo por meio das primeiras políticas materno-infantis no início do século XX, os discursos expressaram um ímpeto controlador e estigmatizante. As fotografias disponíveis de consultórios dos postos de puericultura dos anos 1920 e 1930 às quais tive acesso quando realizava pesquisa em Salvador, por exemplo, mostram que o público atendido naqueles espaços públicos ou da caridade era majoritariamente composto por mulheres pretas e seus filhos. As senhoras da sociedade, como eram referidas pelos médicos, não frequentavam aqueles espaços, não se misturavam com as mulheres do povo, sendo atendidas em consultórios particulares, ou em suas confortáveis

residências. Nada tão diferente do que vemos hoje, não é? Quando mulheres brancas e de elite eram atendidas nas maternidades, elas pagavam por quartos particulares e desconheço qualquer fotografia delas, como há sobre as mulheres pobres. Também tive acesso a algumas poucas fotografias da maternidade da Faculdade de Medicina do Paraná, fundada em 1914, na qual se vê mulheres brancas pobres e algumas mulheres pretas também, da mesma forma, em enfermarias com vários leitos. Essas imagens são reveladoras de que mesmo elaborando um discurso normativo que tomava como ideal a mulher branca de elite, a biopolítica da maternidade com seus protocolos e espaços de intervenção e vigilância se iniciou com mulheres pobres e pretas. Não quero aqui fazer um discurso anti-medicina, ou anti-científico, mas uma reflexão mais cuidadosa sobre a história da medicina e de seus fundamentos biopolíticos podem ajudar a compreender a permanência de práticas estigmatizadoras e violentas no atendimento médico e de pessoal da área de saúde às mulheres grávidas e em trabalho de parto. Defendo que os currículos dos cursos de medicina e enfermagem deveriam ter disciplinas, que até poderiam ser optativas, mas deveria haver essa oferta, de história da medicina e de direitos humanos, numa perspectiva interseccional, pois me parece que a formação exclusivamente técnica, embora necessária, contribui para a reprodução de antigos paradigmas que reforçam o preconceito e a violência.

**[R.T.] Ao trabalhar com o conceito de cuidado, o que você observou sobre a apropriação feita pelo nosso campo disciplinar desse campo de investigação? Nesse âmbito, como a historiografia se coloca comparativamente às demais ciências humanas e sociais?**

**[A.P.V.M.]** Essa discussão sobre os cuidados vem do campo teórico feminista, de filólogas e de sociólogas inicialmente. É uma discussão não só teórica, mas política, sobre os cuidados, práticas historicamente associadas ao mundo doméstico e privado, dispensadas por escravos, serviçais e pelas mulheres. A contribuição da reflexão feminista é tanto sobre a historicidade dos cuidados, como também a respeito do papel dos cuidados nas relações transnacionais do trabalho, tendo em vista a organização de um mercado transnacional do trabalho dos cuidados, envolvendo necessariamente uma perspectiva interseccional e de movimentos migratórios. As investigações e análises teóricas sobre os cuidados são recentíssimas na disciplina histórica. Em 2019 participei de um seminário sobre cuidados no Chile que envolvia um pequeno grupo de pesquisadoras e somente um pesquisador, que era filósofo. Entre as pesquisadoras, duas apenas eram historiadoras, eu e uma colega chilena, sendo as de áreas como a sociologia, a antropologia e o serviço social, da Colômbia, do Chile e da Argentina. No Brasil essa discussão dá os primeiros passos, mas há uma linha de investigações históricas próxima à discussão sobre os cuidados, que vem produzindo trabalhos

relevantes e de alta qualidade, que tratam da organização da assistência social e à saúde. São estudos sobre a prestação de socorros e de proteção aos grupos sociais subalternos como soldados, escravizados/as, órfãos, idosos e pessoas pobres e doentes. São pesquisas que demonstram não só as origens de instituições assistenciais como as Misericórdias, tão longevas, hospitais e institutos, mas também as relações de poder tecidas pelas elites coloniais, do Império e do período republicano, como é o caso da filantropia, o papel exercido pelos médicos na organização e profissionalização da assistência e a filantropia. Penso que seria muito interessante trazer para a análise histórica da assistência as reflexões teóricas sobre cuidados, porque são interdisciplinares, interseccionais e com uma bem fundamentada crítica política. Os estudos sobre as relações entre poder e assistência são muito promissores, assim como as relações entre religião, gênero e assistência. A fortuna crítica resultante das pesquisas históricas sobre assistência no Brasil pode ser ainda mais beneficiada com uma reflexão teórica sobre os cuidados.

**[R.T.] Finalizando a entrevista, por meio do seu contato com a escrita da História a partir de uma perspectiva de gênero, você poderia falar um pouco sobre o cenário historiográfico brasileiro? Quais caminhos você pode apontar para jovens historiadores/as que têm interesse no campo do presente dossiê “Mulheres, gênero, feminismos”?**

**[A.P.V.M.]** Sou bastante otimista em relação à potência desse campo de investigação. Ainda temos muitos acervos a serem explorados, alguns já bastante conhecidos, mas que podem suscitar novas perguntas e problemáticas de pesquisa a partir de um arsenal teórico e conceitual interseccional. Destaco, à guisa de exemplo, um terreno que conheço razoavelmente bem, que é a maternidade. Penso que há ainda muitas possibilidades de investigação, especialmente com a história oral. Eu realizei uma pesquisa sobre memórias maternas porque já estava um tanto saturada dos discursos médicos e então fiz uma pesquisa de história oral com vinte mulheres, a maioria de classe média ou de origem camponesa e trabalhadora. Mesmo com uma amostra assim tão pequena consegui vislumbrar o quanto as memórias e as narrativas da maternidade são múltiplas, mesmo havendo um certo “roteiro” que diz mais respeito à introjeção dos modelos normativos do que das experiências individuais e de classe. Estudos sobre gênero, raça e maternidade e sobre maternidades não normativas são ainda áreas promissoras para a pesquisa histórica.

Também vislumbro uma potencialidade investigativa a respeito da religião e do gênero, principalmente numa perspectiva interseccional. Nossa historiografia é um tanto negligente nos estudos sobre religião, exceto os estudos sobre a Igreja, sobre instituições religiosas, como escolas



e congregações, e sobre intelectuais católicos. Há poucos estudos sobre gênero e religião e os que foram realizados se concentram na sociologia da religião, na antropologia e em alguns poucos na área dos estudos de religião. Penso que seja um campo de investigação muito promissor e não só a respeito do catolicismo. Acho muito difícil entender esse fenômeno contemporâneo da expansão evangélica no Brasil sem uma perspectiva de gênero e raça. Se vocês conhecem igrejas evangélicas e neopentecostais, se já estiveram numa reunião de oração, ou mesmo nos cultos, devem ter notado o óbvio, que é a maciça presença feminina, preta, periférica. O que isso significa? Alienação? Dominação dos pastores e ministros? Submissão inconsciente das mulheres? Essas perguntas não levam a lugar algum porque já partem de um lugar de suspeição da religião e dos crentes. As perguntas devem ser outras, como, o que há na religião com forte apelo ao engajamento espiritual e coletivo que atrai as mulheres pobres e periféricas? Qual a relação entre as condições de vida marcadas pela pobreza, miséria e ausência de políticas públicas básicas e a busca de apoio e de consolo na religião? Qual a relação entre a religião e as relações de poder e gênero? Como é a participação das mulheres na vida comunitária religiosa? Perguntas como essas e tantas outras podem nos fazer compreender o quanto a vida e a experiência religiosa são complexas e multifacetadas, mas também alargarmos a nossa visão a respeito da agência das mulheres, que nem sempre implica em rebeldia, resistência e busca de autonomia. Penso que essas questões sejam desafiadoras para o pensamento feminista na pesquisa sobre mulheres.